

ANEXO

PLANO DE ACÇÃO DA UA SOBRE O CONTROLO DAS DROGAS E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE (AUPA) (2013-2017)

MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO

Realizações e resultados	Indicadores de desempenho	Meios de Verificação	Pressupostos/Riscos
Objectivo: Melhorar a saúde, segurança e bem-estar socioeconómico dos Povos em África através da redução do uso de droga, tráfico ilícito e outras infracções conexas			
Resultado 1: Gestão Nacional, Regional e Continental, fiscalização, apresentação de Relatórios e avaliação da AUPA revista			
Realização 1.1 Reforço da CUA para gerir a implementação do Plano de Acção	<ul style="list-style-type: none">Operacionalidade do Secretariado do AUPA no DSATaskforce formal interdepartamental da CUA sobre o controlo das DrogasEquipa principal de Peritos aos níveis nacional, regional e continentalNº de programas de parceria e cooperação técnica desenvolvidosFinanciamento do Plano de Mobilização de Recursos	Frequência das reuniões Lista dos contactos e trocas regulares	
Realização 1.2: Programa de actividades identificadas e preparadas conjuntamente pelas CER e os Estados-membros	<ul style="list-style-type: none">Elaboração de programas e actividadesImplementação dos programas	Publicação Relatórios e Revisão de programas de Actividades	
Realização 1.3: Reforço da capacidade de investigação para recolha de dados e análise das tendências relativas às drogas de acordo com os padrões internacionais	<ul style="list-style-type: none">Aumento de número de relatórios de pesquisa sobre as drogas apresentados à CUA	Questionários submetidos	Colaboração da CUA com os Parceiros

Realizações e resultados	Indicadores de desempenho	Meios de Verificação	Pressupostos/Riscos
<p>Realização 1.4: Comitês Nacionais Intersectoriais de Coordenação do Controlo de Drogas que incluem Membros dos sectores da justiça penal, saúde, assuntos sociais, desenvolvimento, aplicação da lei e ONGs criadas e que se reúnem regularmente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de Países com Comitês Nacionais Intersectoriais de Coordenação do Controlo de Drogas • Nº de Países que fortaleceram os Comitês Nacionais Intersectoriais de Coordenação do Controlo de Droga (por exemplo envolvendo Sectores e ONGs, etc.) 	<p>Relatórios das Reuniões dos Comitês</p>	<p>Os Comitês reúnem-se periodicamente</p>
<p>Resultado 2: Dimensionamento dos serviços baseados em evidência para abordar a saúde e o impacto social do consumo de drogas nos Estados-membros</p>			
<p>Realização 2.1: Estudos de base realizados sobre: (a) Informações epidemiológicas sobre os padrões e as tendências relativas ao uso de drogas e o VIH e (b) Inventário dos programas e serviços disponíveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de Países com estudos de base realizados • Nº de Países com dados sobre os padrões e tendências do uso de drogas • Nº de Países com dados sobre a relação entre as drogas e o VIH • Nº de Países com inventário dos programas de intervenção e serviços • Nº de países com dados sobre serviços de absorção 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios dos estudos de base • Relatórios da investigação 	<ul style="list-style-type: none"> • Vontade política • Disponibilidade de orçamentos • Capacidade de investigação • Financiamento
<p>Realização 2.2: Criação e operacionalização dos Mecanismos Nacionais e Regionais de Vigilância do Uso de Drogas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Formulação de uma recolha padronizada de dados e método de análise • Nº de Países com recolha padronizada de dados adoptados e método de análise • Nº de Países com a necessária capacidade sobre a metodologia • Nº de Países com Redes operacionais de vigilância 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de Recolha padronizada de dados e método de análise • Relatórios das Redes 	<ul style="list-style-type: none"> • Engajamentos dos Países • Disponibilidade de orçamentos • Disponibilidade de capacidades técnicas

Realizações e resultados	Indicadores de desempenho	Meios de Verificação	Pressupostos/Riscos
<p>Realização 2.3: Disseminação de informações aos decisores políticos, organismos profissionais, organizações da sociedade civil, grupos vulneráveis e o público através de uma larga advocacia, campanhas dos mídias e aumento da consciência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de campanhas de advocacia política a todos os níveis • Nº de Países que recorreram ao uso da procura de financiamento para formulação de programas e políticas • Nº de Países que apresentaram relatórios sobre os serviços de absorção de prevenção e tratamento • Nº de Países que publicaram relatórios anuais sobre a situação das drogas 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios da Advocacia • Documentos de Política • Estatísticas • Registo de tratamentos • Posição Comum da UA sobre o aumento da consciência sobre o controlo das drogas 	<ul style="list-style-type: none"> • Engajamento dos Países • Escassez de recursos (por exemplo: recursos humanos, financeiros e materiais)
<p>Realização 2.4: Uso de drogas abrangente, acessível, com base em evidências, baseado em princípios éticos e dos direitos do homem, prevenção, dependência, tratamento e disponibilidade de tratamento pós- intervenção:</p> <p>2.4.1 Padrões continentais mínimos para prevenção e criação de serviços de tratamento</p> <p>2.4.2 Prevenção do abuso de drogas estruturada e com base em evidências e implementação dos programas de tratamento</p> <p>2.4.3 Concepção e implementação de um pacote exaustivo sobre a prevenção do VIH, tratamento e cuidados entre os consumidores de drogas que</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de Países que adoptaram e implementaram padrões éticos mínimos de qualidade na prevenção e tratamento • Aumento da percentagem de pessoas que necessitam de acesso aos serviços • Nº de Países que implementaram um pacote abrangente de prevenção do VIH, tratamento e cuidados entre os UDIs e usuários de estimulantes • Nº de Países que implementaram um pacote abrangente de prevenção do VIH, tratamento e cuidados nas instalações prisionais • Nº de Países com medidas de protecção social para as mulheres e a juventude que concluíram o tratamento da droga (e reabilitação) • Nº de Países com Planos pós-intervenção • Advocacia da AUPA revista durante a Conferência dos Ministros da Saúde CUA • Padrões mínimos da UA para o tratamento da dependência da droga 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios dos Países • Avaliação dos Relatórios • Taskforce ToRs • Relatórios das Reuniões • Reuniões das Redes e os Relatórios 	<ul style="list-style-type: none"> • Engajamentos dos Países • Escassez de recursos (por exemplo: humanos, financeiros e materiais)

Realizações e resultados	Indicadores de desempenho	Meios de Verificação	Pressupostos/Riscos
<p>injectam ou não (IDUs), a maioria das populações em risco e nas instalações prisionais</p> <p>2.4.4 Inclusão dos consumidores de drogas como beneficiários dos programas de protecção social nacional</p>			
<p>Realização 2.5: Institucionalização de programas alternativos ao encarceramento para usuários de drogas em conflito com a lei, especialmente aqueles que cometem crimes menores resultantes da sua situação de consumo de drogas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Protocolos • Nº de Países com disposições alternativas para o encarceramento, tais como programas de obras públicas, com um sistema de acreditação 	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolos disponíveis • Relatórios 	
<p>Resultado 3: O tráfico de drogas e desafios relacionados à segurança humana, contrariados, apoiando os Estados-membros e as CER para reduzir as tendências do tráfico ilícito e a oferta de drogas, de acordo com os princípios de direitos humanos e do estado de direito</p>			
<p>Realização 3.1: Reforço dos quadros de política e legais no domínio do tráfico de drogas e na prevenção de crimes conexos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da análise das lacunas e apresentação de recomendações; • Número de Estados-membros que receberam assistência técnica prevista para harmonizar a legislação; • Nº de mecanismos legais nacionais revistos; • Número de Estados-membros que conceberam quadros de política e de estratégia, incluindo sobre a cooperação internacional; • Nº de Países que têm um Plano de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios Anuais do Ponto Focal dos Estados-membros (MSFP) 	<ul style="list-style-type: none"> • Vontade política • Financiamento • Capacidade • Cooperação com e assistência técnica dos Parceiros

Realizações e resultados	Indicadores de desempenho	Meios de Verificação	Pressupostos/Riscos
<p>Realização 3.2: Informação estratégica (incluindo investigação, inspeção e recolha de dados sobre a produção ilícita, tráfico e as tendências de fornecimento) produzidas e actualizadas para melhorar a compreensão e reforçar as capacidades para responder aos desafios da produção, tráfico, procura e fornecimento de drogas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Actualização de informações sobre as tendências e padrões do tráfico e consumo de drogas; • Base de dados estatísticos da CUA; • Novas fontes de dados tais como as CEWS e avaliação das ameaças; • Estudos realizados pela UNAFRI e outras instituições académicas especializadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de monitorização dos Estados-membros; • Relatórios da CUA sobre as tendências do tráfico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vontade política • Financiamento • Capacidade
<p>Realização 3.3: Informações epidemiológicas sobre o tráfico de drogas, disponíveis nas redes de vigilância acima mencionadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de dados anuais sobre a confiscação (níveis e rotas), cultivo e manufacturação especificado por tipo de drogas; • Disponibilidade dos dados sobre a pureza e o preço das drogas; • Avaliação das ameaças em pelo menos 50% das cinco (5) Regiões da UA; • Sistemas de Alerta Previa para as Drogas ao nível comunitário, nacional, regional e continental • Dados sobre as ameaças emergentes (contrafacção, desvio dos percursos e ATS) • Nº dos Estados-membros incluídos na Rede epidemiológica 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de monitorização dos Estados-membros; • Relatórios do INCB; • Relatórios da CUA sobre as tendências. • Relatórios da UNODC 	<ul style="list-style-type: none"> • Vontade política • Financiamento • Capacidade
<p>Realização 3.4: Advocacia para a concepção de políticas aos níveis nacional, regional e continental que cobre a</p>	<p>Nº de E/M que apresentaram Relatórios sobre :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apreensões, • Detenções, • Acusação 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios Anuais dos Pontos Focais dos Estados-membros (MSFP) 	<p>Aplicação da lei para mudar qualitativamente as prisões e os programas de reitegração para atender</p>

Realizações e resultados	Indicadores de desempenho	Meios de Verificação	Pressupostos/Riscos
prevenção do tráfico de drogas, infracções conexas e cooperação internacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Condenação • Confiscação dos objectos do crime • Assistência Jurídica Bilateral (MLA) • Detidos em programas alternativos de encarceramento • Relatórios das Reuniões do HONLEA • Divulgação das orientações penais continentais 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios do HONLEA 	as pessoas apreendidas em posse de drogas para consumo pessoal
Realização 3.5: Consciencialização do público com base em evidências e envolvimento da comunidade para cobrir a prevenção do uso de drogas, tráfico e infracções conexas	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de Países que têm estratégias de controlo de drogas, incluindo consciencialização pública e engajamento da comunidade • Nº de Países que levam a cabo campanhas de consciencialização da comunidade e de redução da estigmatização 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios Anuais dos Pontos Focais dos Estados-membros (MSFP) 	
Resultado 4: Reforço de capacidades para investigação e reforço da recolha de dados através do fortalecimento das instituições destinadas a responder efectivamente aos desafios levantados pelas drogas ilícitas e para facilitar o movimento lícito dos narcóticos e substâncias psicotrópicas para fins medicinais e científicos			
Realização 4.1: Melhoria das capacidades do sistema de justiça penal para investigar e acusar bem como tomar outras medidas para conter os crimes organizados ligados a droga	<p>Nº de Países que criaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mecanismo de cooperação interagência • Programas de formação para aplicação da lei • Programas de formação para o Ministério Público • Programas de formação para os Juízes e Magistrados, incluindo sobre alternativas à prisão • Formação para (Sociedade Civil) prestadores de apoio judiciário • Nº de Países que criaram mecanismos para combater a corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de avaliação • Relatórios de formação • Relatórios de actividades • Relatórios da EARPCCO, SARPCCO e WACI 	<p>Vontade política Financiamento Capacidades Cooperação com e assistência técnica dos Parceiros</p>

Realizações e resultados	Indicadores de desempenho	Meios de Verificação	Pressupostos/Riscos
	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de Países que criaram programas de protecção dos informadores e das testemunhas • As Plataformas EAPCCO, SARPCCO e WACI • Aumento continental de acusações fundadas 		
Realização 4.2: Remoção das barreiras que limitam a disponibilidade de droga internacionalmente controlada para fins medicinais e científicos	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de Países que se candidataram ao INCB para os seus requisitos adequados de drogas internacionalmente controladas para fins medicinais e científicos • Nº de Países que participaram na “Formação PIN <i>Online</i>” 	Relatórios do INCB	Países que não se candidataram a quota do INCB
Realização 4.3 Capacidade de controlo dos precursores químicos pelos Estados-membros	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Estados-membros com relevante legislação • Número de Estados-membros com mecanismos institucionais nacionais para controlo dos precursores • Nº de laboratórios clandestinos desmantelados. 	Relatórios dos Estados-membros	
Realização 4.4: Formulação de uma Posição Comum Continental relativa ao reforço de capacidades para prevenção, tratamento, investigação e vigilância 4.4.1 Formulação de uma Posição Comum Continental sobre o reforço de capacidades para prevenção, tratamento, investigação e vigilância	<ul style="list-style-type: none"> • Posição Comum Continental sobre o reforço de capacidades na prevenção, tratamento, pesquisa e vigilância está disponível • Os documentos de política da UA, os Protocolos e padrões mínimos para prevenção, tratamento, pesquisa e vigilância foram adoptados pela Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelo Controlo de Drogas • Nº de Países que adoptaram os documentos de política da UA, os protocolos e os padrões mínimos para prevenção, tratamento, 	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos de política e Protocolos da UA estão disponíveis • Relatórios dos Países que adoptaram documentos de política e Protocolos da UA • Relatórios de pesquisas 	<ul style="list-style-type: none"> • Engajamentos dos Países • Escassez de recursos (por exemplo: humanos, financeiros e materiais)

Realizações e resultados	Indicadores de desempenho	Meios de Verificação	Pressupostos/Riscos
<p>4.4.2. Adopção de vários documentos de política, dos protocolos da UA e dos padrões mínimos para tratamento pela Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelo Controlo de Drogas</p> <p>4.4.3 Integração da prevenção do uso de drogas e dos módulos de tratamento nos programas das instituições de ensino</p> <p>4.4.4 Formação em prevenção do uso de drogas e tratamento para as relevantes instituições governamentais e não-governamentais</p> <p>4.4.5 Mobilização e reforço das capacidades nacionais para realizar pesquisas científicas e criar sistema de vigilância</p>	<p>pesquisa e vigilância</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nº de países que apresentam relatórios sobre a incorporação de módulos de tratamento e prevenção do consumo de drogas nos currículos das instituições de ensino • Nº de Países que apresentaram relatórios sobre a formação em prevenção do uso de drogas e tratamento para relevantes instituições governamentais e não-governamentais • Nº de Países que apresentaram relatórios sobre pesquisas científicas sobre o uso de drogas. • Nº de parceiros que prestam capacitação nos domínios acima referenciados. 		
<p>Realização 4.5 Acordo sobre a Posição Comum Continental relativa à disponibilidade de medicamentos adequados para a dor</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adopção da Posição Comum Continental relativa à disponibilidade de medicamentos adequados para a dor pela Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelo Controlo de Drogas 	<ul style="list-style-type: none"> • Documento disponível • Relatórios da implementação 	<ul style="list-style-type: none"> • Engajamentos dos Países • Escassez de recursos (por exemplo: humanos, financeiros e materiais)